

POLÍTICAS DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA – O CASO ESPECÍFICO DA UEMA: PARA ALÉM DO MODISMO, UMA PAUTA URGENTE

LINGUISTIC DIVERSITY POLICIES IN PUBLIC UNIVERSITIES – THE SPECIFIC CASE OF UEMA: BEYOND THE FAD, AN URGENT AGENDA

Douglas Rodrigues de Sousa¹

RESUMO

Falar sobre políticas institucionais voltadas à diversidade linguística é reconhecer que o Brasil é linguisticamente plural desde sua origem, muito antes da invasão e colonização europeia. Essa pluralidade, que engloba centenas de línguas indígenas e uma vasta gama de variedades do português e de línguas de imigração e de comunidades tradicionais, porém, foi sistematicamente silenciada ao longo da história por políticas de homogeneização linguística que impuseram o português como língua única e legítima. Tais políticas atuaram apagando expressões, saberes e modos de dizer de inúmeros povos e comunidades, tratando a diversidade como obstáculo e não como patrimônio. Essa imposição é vista na literatura como parte intrínseca de um projeto de Estado-Nação centralizador, no qual a norma padrão da língua atua como um mecanismo de controle e exclusão social. Moita Lopes (2002), ao discutir as dinâmicas de poder na linguagem, argumenta que a língua, longe de ser um mero instrumento de comunicação, é um *locus* de disputa ideológica, consolidando hierarquias e marginalizando aqueles que não se enquadram na norma hegemônica. Da mesma forma, Rajagopalan (2003) ressalta a urgência de uma perspectiva indisciplinar para a Linguística Aplicada, capaz de desnaturalizar esses projetos linguísticos excludentes.

Palavras-chave: Diversidade linguística; Políticas linguísticas; Universidade pública; UEMA.

ABSTRACT

Talking about institutional policies focused on linguistic diversity is to recognize that Brazil has been linguistically plural since its origins, long before European invasion and colonization. This plurality, which encompasses hundreds of indigenous languages and a wide range of varieties of Portuguese and languages of immigration and

¹ Licenciado em Letras - Português pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), com especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Africana de Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Mestre em Letras - Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutor em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), atuando na graduação e Pós-Graduação em Letras. E-mail: doug.rsousa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3109-8074>

traditional communities, has been systematically silenced throughout history by policies of linguistic homogenization that imposed Portuguese as the sole legitimate language. Such policies have acted to erase the expressions, knowledge, and ways of speaking of countless peoples and communities, treating diversity as an obstacle rather than as heritage. This imposition is seen in literature as an intrinsic part of a centralizing nation-state project, in which the standard norm of language acts as a mechanism of control and social exclusion. Moita Lopes (2002), when discussing the dynamics of power in language, argues that language, far from being a mere instrument of communication, is a locus of ideological dispute, consolidating hierarchies and marginalizing those who do not fit into the hegemonic norm. Similarly, Rajagopalan (2003) emphasizes the urgency of an undisciplined perspective for Applied Linguistics, capable of denaturalizing these exclusionary linguistic projects.

Keywords: Linguistic diversity; Language policies; Public university; UEMA.

Introdução

Nos últimos anos, o tema das políticas linguísticas tem ganhado força no cenário acadêmico e político brasileiro, não apenas como um campo de pesquisa, mas como uma agenda ética e institucional. O linguista Louis-Jean Calvet (2007) define as políticas linguísticas como um conjunto de escolhas feitas por uma sociedade para gerir suas línguas, e o movimento atual no Brasil reflete uma transição das políticas de apagamento para as políticas de reconhecimento e valorização. A realização de eventos como o I Seminário Internacional sobre Diversidade e Políticas Linguísticas (I SISDPOL), promovido pela UEMA em 2025, reafirma o compromisso das universidades públicas com o reconhecimento das múltiplas vozes que formam o país. Trata-se de um gesto de resistência diante de séculos de apagamentos e de um esforço para transformar a diversidade linguística em pauta estruturante da educação superior, garantindo a democratização não apenas do acesso, mas também da permanência e da legitimação de saberes na academia.

No caso da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), essa discussão ganhou contornos concretos com a elaboração de um documento institucional que propunha as Políticas de Diversidade Linguística da universidade. O Maranhão, por sua localização na Amazônia Legal e sua rica formação cultural, torna a questão da diversidade ainda mais vital. Foi nesse contexto que se produziu uma experiência significativa, marcada tanto por avanços quanto por resistências - detalhada neste artigo - e que constitui o núcleo do relato aqui apresentado.

2. A experiência: quando a diversidade entra em pauta

Em 2024, durante uma reunião do Conselho Superior da UEMA, foi apresentada para deliberação a proposta de criação das Políticas de Diversidade Linguística da instituição. O documento, fruto de discussões amplas e de uma perspectiva inclusiva, tinha por objetivo reconhecer a pluralidade linguística que atravessa a comunidade acadêmica, professores, estudantes, técnicos e comunidades do entorno dos *campi*, e propor ações concretas de valorização desses falares. Este movimento estava alinhado à função social da universidade pública de ser um espelho da diversidade da sociedade que a sustenta.

No entanto, o debate revelou o quanto a palavra diversidade ainda provoca resistências e interpretações distorcidas. Um dos conselheiros solicitou vistas do processo, alegando que o termo estaria vinculado à chamada “linguagem neutra” e a debates ideológicos, afirmando temer que a universidade passasse a “impor” novas formas de falar. Esse episódio, emblemático, trouxe à tona o profundo desconhecimento sobre o que realmente significam as políticas linguísticas e como elas operam no campo social e institucional. Nesse aspecto Rajagopalan (2013) diz que:

Muitas vezes, tenho a impressão de que, quando as pessoas se referem à política linguística, elas querem dizer algo como ‘militância linguística’ em prol de línguas na beira de extinção, línguas ou variedades que são objetos de discriminação ou descaso etc., [...]. Sem sombra de dúvida, a militância faz parte daquilo que chamamos de política linguística; mas é importante frisar que ela faz apenas uma pequena parte, ainda que vital. O campo de política linguística encobre muito mais do que a militância linguística. (Rajagopalan, 2013, p. 19).

A reação do conselheiro, dessa forma, não é um caso isolado, mas reflete o conservadorismo linguístico que se manifesta na defesa intransigente de uma norma culta padronizada, frequentemente usada para deslegitimar outras variedades e línguas. Marcos Bagno (2007) aponta que esse tipo de resistência é a própria face do preconceito linguístico, em que a defesa da “pureza” da língua opera como uma forma de exclusão

social e cultural, negando a natureza viva, plural e mutável da linguagem. Nesse sentido o autor vai dizer:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a *verdadeira diversidade lingüística de nosso país* para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão (Bagno, 2007, p. 18).

Foi necessário argumentar, contextualizar e fundamentar: explicar que política linguística não é imposição de fala, mas reconhecimento de realidades linguísticas. Em termos teóricos, como diferencia Louis-Jean Calvet (2007), a proposta da UEMA não se concentra no planejamento de *corpus* (que lida com a estrutura da língua, como gramáticas e vocabulários), mas sim no planejamento de *status*, cujo foco é o reconhecimento social, legal e institucional das línguas e variedades minoritárias. Ou seja, não se trata de substituir o português, mas de valorizar os diferentes modos de usá-lo e de conviver com outras línguas, incluindo as indígenas e as formas populares.

O processo de discussão culminou, em maio de 2024, na aprovação da Resolução nº 1817/2024-CEPE/UEMA, que institui oficialmente a Política Linguística da Universidade Estadual do Maranhão. A normativa consolida, em nível institucional, princípios como o acesso democrático ao ensino-aprendizagem de línguas, o reconhecimento da diversidade linguística e cultural, a valorização das línguas indígenas, de comunidades tradicionais, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e das variedades do português, além do fortalecimento dos letramentos acadêmicos em perspectiva plurilíngue. Ao transformar o debate em política formal, a universidade deu um passo decisivo no sentido de deslocar a diversidade linguística do campo da controvérsia para o campo da ação institucional.

A partir desse episódio de resistência, emergiu com mais força a convicção de que a defesa da diversidade linguística precisa ir além dos documentos, ela exige formação, diálogo e sensibilização contínua para desconstruir mitos e preconceitos enraizados.

2.1 Procedimentos metodológicos para o tratamento do relato de experiência institucional

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo de natureza interpretativista, configurando-se como um relato de experiência institucional com análise documental, cujo corpus analítico foi constituído por documentos oficiais da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tais como a minuta da proposta de Política de Diversidade Linguística, registros de reuniões do Conselho Superior e manifestações públicas ocorridas durante o processo de deliberação da política no ano de 2024.

Além do material documental, consideraram-se também os registros de falas e posicionamentos apresentados por conselheiros durante as sessões, os quais foram analisados à luz dos pressupostos da Política Linguística crítica, especialmente do planejamento de status, conforme proposto por Calvet (2007).

A análise dos dados seguiu uma orientação qualitativa e interpretativa, buscando compreender como os discursos sobre diversidade linguística foram mobilizados, tensionados e ressignificados no interior da instituição. Não se pretendeu generalizar resultados, mas compreender, em profundidade, os sentidos em disputa no caso específico da UEMA, entendendo-o como um recorte representativo das tensões que atravessam o campo das políticas linguísticas no Brasil contemporâneo.

3 Políticas linguísticas: do apagamento à reparação

As políticas linguísticas sempre existiram no Brasil, embora muitas vezes de forma implícita e excludente. Desde a colonização, o poder político e religioso se articulou para homogeneizar a expressão linguística: primeiro, com a proibição das línguas indígenas; depois, com o silenciamento de falares africanos e de variedades populares do português. A língua, nesse processo, foi usada como um instrumento de dominação cultural e de exclusão social.

Os primeiros registros gramaticais das línguas indígenas, realizados por missionários, não foram gestos de inclusão, mas estratégias de controle e evangelização. A padronização linguística funcionou como um mecanismo de poder, consolidando o português como língua hegemônica e reduzindo a pluralidade do território a uma única forma de dizer. O silenciamento das línguas e variedades não hegemônicas constitui o que o sociólogo Boaventura de Souza Santos (2007) conceitua como epistemicídio: o assassinato de saberes e modos de vida não-europeus, essencial para a manutenção da estrutura colonial do poder. A imposição linguística, portanto, não apenas silenciou a fala, mas também eliminou cosmovisões e conhecimentos milenares, dificultando a autodeterminação dos povos.

Nas letras e nas artes, o mesmo movimento se repetiu. A literatura brasileira, durante séculos, falou *sobre* os indígenas, os negros e os pobres, mas raramente falou *com* eles. As vozes subalternas eram representadas, mas não se expressavam. A modernidade linguística brasileira nasceu, portanto, sob o signo da exclusão.

Discutir políticas de diversidade linguística, hoje, é revisitar criticamente esse passado para propor formas efetivas de reparação histórica. É reconhecer que as vozes apagadas continuam existindo, nos quilombos, nas aldeias, nas periferias, nas escolas e nos *campi* universitários, e que precisam ser incluídas não como curiosidades folclóricas, mas como fontes legítimas de saber e de expressão. A luta pela diversidade linguística é, em sua essência, uma luta por justiça social. Como afirma Baniwa (2006), a defesa e a revitalização da língua ancestral são inseparáveis da luta pelo território, pela autonomia cultural e pelo próprio direito à existência dos povos. Assim, o reconhecimento institucional da diversidade linguística é um passo necessário para descolonizar o currículo e as relações de poder dentro da universidade.

3.1 A proposta de Política de Diversidade Linguística da UEMA: princípios e diretrizes

A proposta de criação da Política de Diversidade Linguística da Universidade Estadual do Maranhão estrutura-se a partir do reconhecimento explícito da pluralidade linguística presente na comunidade acadêmica e em seu entorno social. O documento

parte do princípio de que a universidade não pode operar exclusivamente sob a lógica da homogeneização linguística, sob pena de reforçar processos históricos de exclusão e silenciamento. Entre seus eixos centrais, destacam-se: (i) o reconhecimento institucional das variedades linguísticas do português falado no estado; (ii) a valorização das línguas indígenas e de comunidades tradicionais; (iii) a promoção de ações formativas voltadas para servidores, docentes e discentes; e (iv) a incorporação da diversidade linguística nas práticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária.

Observa-se que a proposta não se concentra em intervenções sobre o código linguístico, isto é, não se trata de um planejamento de corpus, mas funciona fundamentalmente no plano do status das línguas e variedades, buscando ampliar seu reconhecimento social, conforme a distinção estabelecida por Calvet (2007). Nesse sentido, a política da UEMA não pretende instituir novas normas de uso, mas criar condições institucionais para que diferentes modos de falar possam coexistir no ambiente acadêmico sem sofrer discriminação.

Ao institucionalizar essa política, a UEMA assume uma postura alinhada aos princípios dos direitos linguísticos, compreendendo a língua não apenas como instrumento de comunicação, mas como dimensão constitutiva da identidade e da cidadania. Por esta razão, entende-se que se trata de um movimento que ultrapassa o plano simbólico e se inscreve como ação política concreta no interior da universidade pública, ao reconhecer que a permanência, a participação e o sucesso acadêmico dos sujeitos estão diretamente relacionados ao modo como suas identidades linguísticas são legitimadas ou silenciadas no espaço institucional.

Dessa forma, a Política de Diversidade Linguística da UEMA configura-se como uma resposta institucional às demandas por reconhecimento e inclusão linguística, ao mesmo tempo em que se apresenta como instrumento de enfrentamento ao preconceito linguístico. A universidade, incorporando a diversidade como princípio estruturante, reafirma seu compromisso com a democratização do saber e com a construção de um espaço acadêmico plural, capaz de acolher e legitimar a multiplicidade de vozes que o constituem.

4 A universidade pública como espaço de resistência e reconstrução

No contexto brasileiro, as políticas linguísticas voltadas para a valorização da diversidade vêm se consolidando de forma ainda desigual e fragmentada, pois, embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a pluralidade cultural do país, a efetivação de políticas de proteção e promoção das línguas minoritárias ocorre, muitas vezes, de forma pontual, especialmente nas áreas da educação intercultural indígena e da educação quilombola. No âmbito do Ensino Superior, as iniciativas permanecem incipientes, sendo frequentemente resultado de esforços locais de pesquisadores e coletivos institucionais. Nesse cenário, a proposta da UEMA apresenta-se como uma experiência singular, ao buscar institucionalizar, por meio de normativa própria, um conjunto de diretrizes voltadas para o reconhecimento da diversidade linguística como princípio estruturante da vida universitária.

É nesse cenário que a experiência da Universidade Estadual do Maranhão se apresenta como um movimento singular, sendo por meio da institucionalização de uma política linguística própria que a UEMA desloca a diversidade linguística do campo das ações episódicas para o plano das políticas estruturantes da vida universitária. Tal deslocamento evidencia uma compreensão ampliada do papel da universidade pública, não apenas como espaço de produção de conhecimento, mas como agente político diretamente implicado na promoção da equidade, da inclusão e do reconhecimento das diferenças.

Esse avanço institucional se fortaleceu com a publicação da Portaria Normativa nº 103/2025-GR/UEMA, que institui a Comissão de Política Linguística da Universidade Estadual do Maranhão. A criação dessa comissão representa um passo importante no processo de implementação da política, estabelecendo uma instância responsável por acompanhar, avaliar e propor ações relacionadas à diversidade linguística nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. Dessa forma, a política deixa de se restringir ao plano declaratório e passa a integrar a estrutura administrativa da instituição, no esforço de assegurar sua continuidade e efetividade.

A institucionalização dessa comissão sinaliza que a diversidade linguística não é compreendida como uma pauta transitória ou dependente de conjunturas específicas,

mas como um compromisso permanente da universidade, pois, atribuindo responsabilidades formais a um grupo representativo de docentes, a UEMA reconhece que o enfrentamento do preconceito linguístico e a promoção do plurilinguismo exigem ações sistemáticas, planejamento e acompanhamento contínuo, para além da boa vontade individual de gestores ou pesquisadores.

A articulação entre políticas linguísticas e políticas de permanência estudantil mostra-se particularmente relevante, uma vez que muitos estudantes provenientes de contextos sociolinguísticos menorizados enfrentam, além de dificuldades econômicas, processos de estigmatização linguística que impactam diretamente sua trajetória acadêmica.

A Universidade Estadual do Maranhão tem papel estratégico nesse processo. Localizada em um território de ampla diversidade cultural e linguística, a instituição abriga falantes de diferentes regiões, etnias e tradições. Em muitos de seus *campi*, especialmente naqueles situados em cidades da Amazônia Legal, a universidade é a única presença estatal permanente, o que amplia significativamente sua responsabilidade social e política. Nesse contexto, a UEMA não é apenas uma reproduutora de conhecimento, mas um polo ativo de transformação social, diretamente envolvida nas dinâmicas de poder e de inclusão regional.

Ao abrir espaço para debates e normativas sobre diversidade linguística, a UEMA se inscreve no mapa das universidades comprometidas com a equidade, o pluralismo e a democratização do saber. Não se trata apenas de acolher o diferente, mas de produzir conhecimento a partir da diferença. Essa atitude dialoga diretamente com o movimento nacional de democratização do acesso ao Ensino Superior que se intensificou nas últimas décadas no Brasil, notadamente com a implementação de políticas de ações afirmativas. A Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), embora federal, institucionalizou a necessidade de as universidades refletirem a composição étnica, social e regional da sociedade. O projeto da UEMA estende essa lógica do acesso para a permanência e o reconhecimento linguístico.

É nesse ponto que a política linguística se encontra com o projeto ético da universidade pública: fazer da língua portuguesa, uma língua de colonização, também

uma língua de acolhimento, de escuta e de convivência. As políticas de diversidade linguística, quando implementadas com seriedade, não fragmentam a comunidade universitária. Ao contrário: ampliam o sentido de pertencimento, criando condições para que cada sujeito se reconheça como parte legítima do espaço acadêmico, independentemente de seu sotaque, de sua variedade linguística ou de sua origem sociocultural. Em última análise, ao legitimar os múltiplos falares, a universidade reafirma o valor epistêmico e cultural de todos os seus membros, cumprindo, de fato, sua vocação de ser um espaço plural e democrático.

Falar em diversidade linguística não é adotar um discurso da moda ou um capricho acadêmico. É, fundamentalmente, reconhecer que toda língua é plural, viva e em permanente transformação, resistindo à visão estática e monolítica imposta historicamente. É compreender que a norma culta não é superior em termos estruturais ou cognitivos, mas apenas uma das muitas formas possíveis de dizer o mundo, sendo seu *status privilegiado* resultado de um processo social e político.

E é, sobretudo, reafirmar que a língua é também um direito humano, o direito de existir, de nomear e de participar da vida pública. A Unesco (2003), em sua *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, estabelece que a diversidade linguística não é apenas um bem a ser tolerado, mas sim um patrimônio comum da humanidade e sua proteção é um imperativo ético inseparável do respeito pela dignidade humana. Políticas institucionais, nesse sentido, atuam como ferramentas para garantir o exercício desse direito, assegurando que o ambiente acadêmico não seja um espaço de reprodução de preconceitos, mas de validação das identidades linguísticas.

As universidades, por sua natureza, são espaços privilegiados para essa reflexão e atuação. Elas podem e devem ser laboratórios de políticas públicas linguísticas, capazes de irradiar práticas de inclusão que ultrapassem seus muros, influenciando as escolas de educação básica e as comunidades do entorno. O desafio, entretanto, está em transformar a mera consciência da diversidade em ação institucional contínua - que se traduza em projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão comprometidos com o pluralismo linguístico. A política linguística, nesse sentido, é um gesto ético: começa com o reconhecimento das outras línguas e modos de falar; continua com o respeito e

a valorização dessas expressões; e se realiza, por fim, na prática cotidiana da convivência e do aprendizado mútuo, consolidando a universidade como um espaço genuinamente democrático.

5. Políticas de diversidade linguística e institucionalização do dissenso

A experiência da UEMA deixou claro que a institucionalização de políticas de diversidade linguística não se dá num terreno neutro, mas num espaço atravessado por disputas de sentidos sobre língua, identidade e poder. Ao ingressar na agenda formal da universidade, a diversidade linguística deixa de ser apenas um tema acadêmico ou objeto de pesquisa e passa a operar como princípio político, capaz de tensionar concepções naturalizadas sobre normalidade, correção e legitimidade no uso da língua. Nesse sentido, a política linguística não apenas reconhece a pluralidade existente, mas também institucionaliza o dissenso, ao tornar visíveis conflitos historicamente silenciados no interior das instituições de ensino superior.

O episódio ocorrido no Conselho Superior da UEMA ilustra de forma exemplar esse processo. A resistência à proposta não se dirigia propriamente ao conteúdo do documento, mas ao imaginário social acionado pela palavra “diversidade”, frequentemente associada, de maneira simplista, a imposições normativas ou a agendas ideológicas externas à universidade. Tal reação revela o quanto a língua ainda é concebida, em determinados espaços institucionais, como um sistema homogêneo, estável e despolitizado, cuja função seria garantir ordem e uniformidade, e não refletir a complexidade sociocultural da sociedade. Como argumenta Rajagopalan (2003), toda reflexão sobre a linguagem é, inevitavelmente, uma reflexão política, pois envolve escolhas, hierarquizações e exclusões.

A apresentação dessa experiência no âmbito do I Seminário Internacional sobre Diversidade e Políticas Linguísticas (I SISDPOL) reforça a dimensão coletiva e pública do debate. O evento funcionou não apenas como espaço de socialização da política da UEMA, mas também como arena de diálogo com outras experiências, pesquisas e iniciativas em curso no Brasil e em contextos internacionais. Ao circular nesse espaço, o caso da UEMA deixa de ser um episódio localizado e passa a integrar um repertório

mais amplo de práticas institucionais que buscam enfrentar o legado monolíngue e excludente das universidades latino-americanas.

Dessa forma, o relato aqui apresentado não se limita a documentar uma experiência administrativa, mas contribui para a reflexão sobre os caminhos possíveis para a construção de políticas linguísticas no Ensino Superior. Ele evidencia que reconhecer a diversidade linguística implica, necessariamente, aceitar o conflito como parte constitutiva do processo democrático e compreender que a universidade, ao invés de neutralizar essas tensões, deve criar espaços para que elas sejam debatidas, elaboradas e transformadas em ações institucionais consistentes.

6. Considerações Finais

Discutir diversidade linguística é, em última instância, discutir o próprio projeto de país que queremos construir e as identidades que reconhecemos como legítimas no espaço público. Como afirma Gersem Baniwa (2006, p.49), “não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades que, embora não formem um conjunto monolítico e exclusivo, coexistem e convivem de forma harmoniosa”, sendo a identidade sempre produzida na relação com a alteridade. Nesse sentido, o reconhecimento das diferenças individuais e coletivas deixa de ser uma concessão simbólica e passa a configurar uma condição de cidadania, quando as identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos no interior do Estado.

Essa reflexão é importante para a compreensão do papel das universidades públicas na consolidação de políticas institucionais de diversidade linguística, uma vez que tais políticas não dizem respeito apenas à gestão da língua, mas à forma como a universidade se posiciona frente às desigualdades históricas e às disputas por reconhecimento no Brasil contemporâneo, um país que, com suas mais de duzentas línguas faladas, carrega uma herança de pluralidade que precisa serativamente valorizada e protegida. O caminho para essa valorização passa, necessariamente, pelas universidades públicas, instituições que, pela sua vocação democrática e social, devem ser espaços de resistência, diálogo e transformação, desfazendo séculos de epistemicídio e exclusão social.

O exame da experiência da Universidade Estadual do Maranhão demonstrou que a consolidação de políticas institucionais de diversidade linguística é um processo atravessado por disputas simbólicas, ideológicas e políticas. O episódio ocorrido no Conselho Superior não pode ser considerado um fato isolado, mas, sobretudo como um episódio que revela a permanência de concepções monolíticas de língua que ainda orientam parte significativa das práticas institucionais. Ao mesmo tempo, a própria existência formal da proposta demonstra avanços importantes no reconhecimento da pluralidade linguística como valor acadêmico e social. A universidade, nesse contexto, afirma-se como espaço estratégico de enfrentamento dos preconceitos linguísticos e de reconstrução de paradigmas historicamente excludentes.

Contudo, considera-se que implementar políticas de diversidade linguística exige mais do que documentos normativos, na medida em que pressupõe formação continuada, diálogo institucional permanente e disposição política para enfrentar resistências. Trata-se de um trabalho de longo prazo, que envolve não apenas gestores, mas toda a comunidade acadêmica.

Assim, a experiência da UEMA confirma que políticas linguísticas são simultaneamente, um projeto acadêmico e um projeto ético, pautados pela legitimação dos modos diversos de falar e existir, reafirmando o compromisso da universidade pública com a justiça social, com a descolonização dos saberes e com a construção de um espaço verdadeiramente democrático. Portanto, construir e implementar políticas institucionais de diversidade linguística não é um capricho acadêmico nem um modismo ideológico. Conforme fundamentado neste artigo, é uma pauta urgente e necessária, pois se inscreve diretamente na luta por um Brasil mais justo, plural e consciente de sua própria história. A política de reconhecimento linguístico nas universidades é uma reparação histórica e um passo essencial para garantir que a educação superior cumpra seu papel de promotor de equidade e validação cultural.

Que a universidade pública continue a se firmar como o espaço onde todas as vozes, as hegemônicas e, sobretudo, as historicamente silenciadas, possam, finalmente, se escutar e se fazer ouvir.

Referências:

- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: como é, como se faz.* 50^a ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BANIWA, Gersem dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.* Brasília: MEC/Secad/LACED/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. *Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.* Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas.* São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Oficinas de Linguagem: uma visão transdisciplinar.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística aplicada indisciplinar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez, 2007.
- UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.* Paris: UNESCO, 2003.

Recebido em 29/11/2025

Aceito para publicação em 16/12/2025